



**PREFEITURA DE
PARELHAS**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E GESTÃO DE PESSOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.063/2026

1. DO OBJETO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN**, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidas neste instrumento.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR VALOR POR LOTE**, conforme discriminado abaixo:

LOTE 1					
Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R\$)	Vlr. Total(R\$)
1	0029060 - CONTRATAÇÃO DE GARI COLETOR, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE COLETA MANUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, ACONDICIONAMENTO, CARREGAMENTO DOS CAMINHÕES COMPACTADORES E APOIO ÀS ATIVIDADES DE COLETA URBANA., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	96		
2	0029061 - CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO COMPACTADOR, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONDUZIR OS CAMINHÕES COMPACTADORES, OPERAR OS EQUIPAMENTOS EMBARCADOS QUANDO NECESSÁRIO, CUMPRIR AS ROTAS DE COLETA E ZELAR PELA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS.	Mês	24		
3	0029062 - CONTRATAÇÃO DE GARIS DE VARRIÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, CANTEIROS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	96		
4	0029063 - CONTRATAÇÃO DE GARI DE SERVIÇOS CORRELATOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUTAR ATIVIDADES DE CAPINAÇÃO, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIO-FIO, LIMPEZA DE VALAS, LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO, COLETA DE PODA, LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS, APOIO A FEIRAS LIVRES, EVENTOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS DE LIMPEZA URBANA.,	Mês	240		





**PREFEITURA DE
PARELHAS**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E GESTÃO DE PESSOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

	CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA				
5	0029064 - CONTRATAÇÃO DE 2 (DOIS) MOTORISTA DE CAMINHÃO BASCULANTE COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA OPERAR O CAMINHÃO BASCULANTE UTILIZADO NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS VEGETAIS, ENTULHOS, MATERIAIS PROVENIENTES DA CAPINAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS., CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	24		
6	0029065 - CONTRATAÇÃO DE 1 (UM) GERENTE OPERACIONAL COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA COORDENAR A EXECUÇÃO CONTRATUAL, SUPERVISIONAR EQUIPES, CONTROLAR A OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS, ACOMPANHAR INDICADORES DE DESEMPENHO E ATUAR COMO PRINCIPAL INTERLOCUTOR DA CONTRATADA PERANTE A ADMINISTRAÇÃO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	12		
7	0029066 - CONTRATAÇÃO DE FISCAL/SUPERVISOR OPERACIONAL COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA ACOMPANHAR AS FRENTES DE SERVIÇO, FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, CONTROLAR FREQUÊNCIA DAS EQUIPES, ELABORAR RELATÓRIOS OPERACIONAIS E ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL..CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	24		
LOTE 2					
Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R\$)	Vlr. Total(R\$)
8	0029067 - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO COMPACTADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 M³, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO VEICULO, MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATADA.	Mês	24		
9	0029068 - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12 M³, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA CAPINAÇÃO, LIMPEZA DE VALAS, COLETA DE PODA E DEMAIS SERVIÇOS	Mês	24		





**PREFEITURA DE
PARELHAS**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E GESTÃO DE PESSOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

	CORRELATOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA.				
10	0029179 - CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6 M³, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, PARA TRANSPORTE DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA CAPINAÇÃO, LIMPEZA DE VALAS, COLETA DE PODA E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, O MOTORISTA E O COMBUSTÍVEL SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	Mês	36		
11	0029069 - CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) TRITURADOR DE PODAS, EQUIPAMENTO APROPRIADO PARA TRITURAÇÃO DE GALHADAS, PODAS E RESÍDUOS VEGETAIS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA REDUÇÃO VOLUMÉTRICA E MANEJO ADEQUADO DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DE PODAS URBANAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA.	Mês	12		
12	0029070 - CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE APOIO OPERACIONAL, VEÍCULO LEVE EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE USO EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA APOIO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO E DESLOCAMENTO DAS EQUIPES OPERACIONAIS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. MANUTENÇÃO DO VEÍCULO, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA.	Mês	12		
13	0029180 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 84 HP, EQUIPADA COM CONCHA DIANTEIRA SIMPLES E CONCHA TRASEIRA COM UNHAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO, DESTINADA À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E CARREGAMENTO DE MATERIAIS, LIMPEZA DE VALAS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. A MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, O OPERADOR E O COMBUSTÍVEL SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.	Mês	12		
LOTE 3					





**PREFEITURA DE
PARELHAS**

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E GESTÃO DE PESSOAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R\$)	Vlr. Total(R\$)
14	0029071 - CONTRATAÇÃO DE CONTÊINERES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000 LITROS, FABRICADOS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE), COM TAMPA E RODAS PARA ACONDICIONAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PONTOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PELA FISCALIZAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	120		
15	0029072 - CONTRATAÇÃO DE CARROS DE VARRIÇÃO EQUIPAMENTOS ADEQUADOS PARA COLETA MANUAL DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA VARRIÇÃO PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA MANUAL DE VIAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	120		
LOTE 3					
Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R\$)	Vlr. Total(R\$)
14	0029071 - CONTRATAÇÃO DE CONTÊINERES PARA RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.000 LITROS, FABRICADOS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE), COM TAMPA E RODAS PARA ACONDICIONAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM PONTOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS PELA FISCALIZAÇÃO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.	Mês	120		
15	0029072 - CONTRATAÇÃO DE CARROS DE VARRIÇÃO EQUIPAMENTOS ADEQUADOS PARA COLETA MANUAL DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA VARRIÇÃO PARA APOIO AOS SERVIÇOS DE LIMPEZA MANUAL DE VIAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	Mês	120		

1.3. Os lances serão exclusivamente para os LOTES supracitados.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da vigência da Ata de Registro de Preço, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da ata;

1.4.1. Na hipótese de renovação prevista no item 1.4, todos os quantitativos licitados serão restabelecidos, assim como todas as cláusulas previstas na ata de registro de preços serão renovadas.

1.4.2. Os quantitativos serão restabelecidos a quantidade inicial licitada, não havendo possibilidade de somatório com o saldo não utilizado no período inicial da ata;

1.5. Este Termo de Referência define as especificações técnicas, critérios de seleção, condições de



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

execução, recebimento, fiscalização e demais informações necessárias à contratação dos serviços, visando assegurar a adequada instrução, transparência, eficiência e efetividade da contratação pública.

1.6. As contratações decorrentes da ata de registro de preços serão formalizadas pelo órgão gerenciador mediante termo contratual e/ou emissão da respectiva Nota de Empenho (NE).

1.7. Os serviços objeto da presente contratação são classificados como serviços comuns, de natureza contínua, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e execução podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.7.1. A natureza contínua da contratação decorre da necessidade permanente da Administração de assegurar a regularidade dos serviços de limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos e conservação dos espaços públicos, cuja interrupção poderá comprometer a salubridade urbana, a saúde pública, a proteção ambiental e a adequada prestação dos serviços públicos municipais.

1.7.2. A caracterização dos serviços como comuns possibilita a adoção da modalidade Pregão, na forma eletrônica, observados os critérios, especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.8. É de obrigação da contratada fornecer aos colaboradores FERRAMENTAS OPERACIONAIS tipo (ENXADAS, PÁS, VASSOURÕES, CARRINHOS DE MÃO, FOICES, RASTELOS, SOPRADORES E DEMAIS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS), como também, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI (UNIFORMES, BOTAS, LUVAS, MÁSCARAS, ÓCULOS, PROTETORES AURICULARES, COLETES REFLETIVOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS) e EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC (CONES, CAVALETES, FITAS DE ISOLAMENTO, PLACAS DE SINALIZAÇÃO E DEMAIS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA).

2. DA JUSTIFICATIVA E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA JUSTIFICATIVA

2.1.1. A contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e conservação de espaços públicos no Município de Parelhas/RN, considerados serviços de natureza essencial e de execução contínua. Tais atividades são indispensáveis para a manutenção da salubridade urbana, da saúde pública, da proteção ambiental e da qualidade de vida da população. A execução regular dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, varrição de vias públicas, capinação, roçagem, pintura de meio-fio, limpeza de valas e bocas de lobo, coleta e destinação de resíduos provenientes de poda, bem como das demais atividades correlatas, é necessária para evitar o acúmulo de resíduos em logradouros públicos, a proliferação de vetores e agentes transmissores de doenças, a obstrução dos sistemas de drenagem urbana, a degradação ambiental e outros impactos negativos à coletividade. Além dos aspectos sanitários



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

e ambientais, a manutenção desses serviços é fundamental para garantir condições adequadas de uso e conservação dos espaços públicos, contribuindo para a mobilidade urbana, a segurança da população, a preservação do patrimônio público e a adequada organização da cidade. Dessa forma, evidencia-se a necessidade da contratação para assegurar a prestação contínua, regular e eficiente dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em atendimento ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração Municipal, garantindo a manutenção das condições de higiene, salubridade, conservação urbana e proteção ao meio ambiente no Município de Parelhas/RN.

2.2. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. A contratação pretendida pode apresentar alguns riscos que devem ser previamente identificados e tratados pela Administração, a fim de garantir a adequada execução do serviço e minimizar impactos na prestação do serviço público.

2.2.2. Possibilidade de atraso no início da execução dos serviços pela empresa contratada, comprometendo a continuidade da limpeza urbana e ocasionando acúmulo de resíduos em vias e espaços públicos.

2.2.3. Possibilidade de indisponibilidade ou insuficiência de mão de obra, impactando a regularidade da coleta de resíduos, da varrição, da capinação, da roçagem e dos demais serviços contratados;

2.2.4. Possibilidade de falhas mecânicas ou indisponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos utilizados na execução dos serviços, ocasionando atrasos na programação operacional e redução da eficiência da prestação dos serviços;

2.2.5. Possibilidade de interrupção parcial dos serviços em razão de condições climáticas adversas, dificultando a execução das atividades de limpeza urbana e conservação de espaços públicos;

2.2.6. Possibilidade de execução dos serviços em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas no contrato, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e exigindo retrabalho;

2.2.7. Possibilidade de descumprimento dos cronogramas de coleta e limpeza, ocasionando acúmulo de resíduos, degradação dos espaços públicos e aumento das reclamações da população;

2.2.8. Possibilidade de destinação inadequada dos resíduos sólidos coletados, ocasionando impactos ambientais, responsabilização da Administração e descumprimento da legislação ambiental vigente;

2.2.9. Possibilidade de acidentes envolvendo trabalhadores, veículos ou terceiros durante a execução dos serviços, podendo causar interrupções nas atividades, responsabilizações e prejuízos operacionais;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

2.2.10. Possibilidade de aumento extraordinário dos custos operacionais da contratada, com reflexos na execução contratual e eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, observada a legislação aplicável;

2.2.11. Possibilidade de fiscalização insuficiente da execução contratual, dificultando a identificação de inconformidades, o controle da qualidade dos serviços e a aplicação tempestiva das medidas corretivas;

2.2.12. Possibilidade de paralisação parcial ou total dos serviços por inadimplemento contratual ou descumprimento das obrigações assumidas pela contratada, comprometendo a continuidade de um serviço público essencial e gerando riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à salubridade urbana;

2.2.13. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.14. Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares

Consiste na coleta regular dos resíduos sólidos urbanos acondicionados pelos munícipes, incluindo transporte até o destino final indicado pela Administração.

A coleta deverá ser realizada por meio de caminhões compactadores, utilizando sistema containerizado sempre que aplicável.

a - **Varrição Manual:** Compreende a limpeza manual de ruas, avenidas, praças, canteiros, calçadas públicas e demais logradouros definidos pela fiscalização.

b - **Capinação e Roçagem:** Consiste na remoção de vegetação invasora, mato, capim e ervas daninhas em vias públicas, praças, canteiros e demais áreas públicas.

c - **Pintura de Meio-Fio:** Compreende a pintura e conservação estética dos meios-fios das vias públicas.

d - **Limpeza de Valas e Bocas de Lobo:** Consiste na limpeza preventiva e corretiva dos dispositivos de drenagem urbana, visando evitar obstruções e alagamentos.

e - **Coleta e Trituração de Podas**

Compreende o recolhimento, transporte e trituração de galhadas, podas e resíduos vegetais provenientes da manutenção urbana.

d - **Apoio a Feiras e Eventos:** Compreende a limpeza e conservação das áreas utilizadas para feiras livres, eventos culturais, esportivos e institucionais promovidos pelo Município.

e - **Administração Operacional:** Compreende a coordenação, supervisão, planejamento, controle operacional e gerenciamento das equipes e equipamentos envolvidos na execução contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

3. DA JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA DE PLANILHA DE CUSTOS

3.1. Considerando as características do objeto, especialmente a existência de serviços com relevante participação de mão de obra, veículos, máquinas, equipamentos, combustíveis, manutenção, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual – EPI, Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC e demais insumos indispensáveis à execução, a formação dos preços deverá observar os custos efetivamente necessários ao cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência.

3.2. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, quando convocada pela Administração, planilha de custos e formação de preços, compatível com sua proposta final, contendo o detalhamento suficiente dos principais componentes que integram o preço ofertado, de modo a permitir a análise de sua adequação e exequibilidade.

3.3. Para os serviços que envolvam fornecimento de mão de obra, a composição deverá contemplar, conforme aplicável, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fundiários, benefícios previstos em lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, adicionais legalmente exigíveis, provisões, uniformes, EPIs, EPCs e demais custos necessários à manutenção dos trabalhadores vinculados à execução do objeto.

3.4. Para os serviços que envolvam disponibilização de veículos, máquinas e equipamentos, deverão ser considerados, conforme aplicável, os custos relativos à disponibilização, depreciação ou locação, manutenção preventiva e corretiva, combustíveis, lubrificantes, pneus, seguros, licenciamento, operadores ou motoristas e demais despesas necessárias ao seu regular funcionamento.

3.5. A planilha deverá contemplar, ainda, quando incidentes, os custos com ferramentas, materiais de consumo, administração local, despesas operacionais, tributos, seguros, custos indiretos e demais componentes necessários à formação do preço, bem como a remuneração empresarial, observada a legislação aplicável.

3.6. Os valores e percentuais apresentados na planilha deverão guardar compatibilidade com a legislação vigente, com os instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis e com os demais documentos que fundamentem a composição dos preços, cabendo à licitante apresentar os esclarecimentos e documentos comprobatórios que venham a ser solicitados pela Administração.

3.7. A planilha de custos e formação de preços terá caráter subsidiário à análise da proposta, destinando-se à verificação da consistência, adequação e exequibilidade dos preços ofertados, não constituindo, por si só, critério autônomo de julgamento da licitação.

3.8. A existência de erros materiais ou formais na planilha não implicará automaticamente a desclassificação da proposta, desde que seja possível o seu saneamento sem alteração do valor global ofertado, sem majoração do preço e sem comprometimento da exequibilidade da proposta, observadas as regras do edital e a legislação aplicável.

3.9. Sempre que houver indícios de inexecuibilidade ou inconsistências relevantes na composição dos preços, a Administração poderá realizar diligência para que a licitante demonstre a viabilidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

econômica da proposta, mediante apresentação de memória de cálculo, documentos fiscais, instrumentos coletivos de trabalho, cotações, contratos, notas fiscais ou outros elementos idôneos que permitam comprovar os custos considerados.

4. DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1. A execução dos serviços terá início após a emissão da respectiva Ordem de Serviço – OS ou instrumento equivalente pela Administração, observados os prazos, quantitativos, locais, rotas, frequências, equipes, veículos, máquinas e equipamentos estabelecidos neste Termo de Referência e nas determinações expedidas pela fiscalização contratual.

4.2. A Contratada deverá iniciar a execução no prazo estabelecido na Ordem de Serviço, contado de seu recebimento, devendo, nessa oportunidade, disponibilizar a estrutura operacional necessária à execução das atividades contratadas.

4.3. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, regular, eficiente e adequada, observando-se as especificações deste Termo de Referência, a proposta apresentada, as normas técnicas, ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis, bem como as orientações da fiscalização municipal.

4.4. A execução deverá observar os quantitativos efetivamente contratados e as programações operacionais estabelecidas pela Administração, não sendo admitida redução injustificada de equipes, veículos, máquinas, equipamentos ou demais recursos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

4.5. A Contratada deverá manter durante toda a execução contratual os veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e demais recursos necessários em condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança.

4.6. Ocorrendo falha, avaria ou indisponibilidade de veículo, máquina ou equipamento essencial à execução, a Contratada deverá providenciar sua substituição por outro de características compatíveis ou superiores, observado o prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

4.7. Os serviços serão objeto de acompanhamento e aferição contínua pela fiscalização contratual, sendo o seu recebimento condicionado à comprovação da efetiva execução das atividades previstas para o respectivo período de medição.

4.8. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou servidor responsável pelo acompanhamento da execução, mediante verificação dos serviços efetivamente realizados no período,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

inclusive quanto ao cumprimento das rotas, frequências, quantitativos, disponibilização das equipes e equipamentos e demais obrigações estabelecidas.

4.9. O recebimento definitivo será realizado após a análise da medição, dos relatórios de execução e das eventuais ocorrências registradas pela fiscalização, verificando-se a conformidade dos serviços com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

4.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança e regularidade dos serviços executados, nem pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, ambientais ou por danos causados à Administração ou a terceiros.

4.11. Os serviços executados em desacordo com as especificações, rotas, frequências, quantitativos ou padrões de desempenho estabelecidos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo a Contratada promover sua correção, complementação ou reexecução, quando tecnicamente possível, no prazo determinado pela fiscalização, sem ônus adicional para a Administração.

4.12. Quando a natureza do serviço ou o decurso do tempo tornar impossível ou inútil sua reexecução — especialmente nas atividades sujeitas a frequência ou programação determinada — a parcela não executada ou executada inadequadamente ficará sujeita à glosa proporcional, sem prejuízo da aplicação das demais medidas contratuais e sanções cabíveis.

4.13. A fiscalização poderá determinar a recomposição das equipes, veículos, máquinas, equipamentos ou demais recursos previstos na contratação sempre que constatada disponibilização em quantidade inferior à contratada ou necessária ao cumprimento das obrigações previamente estabelecidas, sem que isso implique acréscimo de remuneração à Contratada.

4.14. A exigência de recursos, equipes ou serviços além dos quantitativos e condições originalmente contratados dependerá da observância dos procedimentos legalmente aplicáveis às alterações contratuais, não podendo ser determinada unilateralmente pela fiscalização como obrigação ordinária da Contratada.

5. DO MÉTODO DE SELEÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ANÁLISE DA PROPOSTA

5.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por lote, observadas as especificações, quantitativos, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

5.2. Será considerada vencedora, em cada lote, a licitante que, após a fase competitiva e eventual negociação, apresentar o menor preço e atender integralmente às condições de habilitação e às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

5.3. A proposta deverá contemplar todos os custos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo, conforme aplicável, mão de obra, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fundiários, benefícios, veículos, máquinas, equipamentos, combustíveis, manutenção, pneus, lubrificantes, ferramentas, materiais, uniformes, EPIs, EPCs, seguros, tributos, despesas administrativas, custos indiretos e demais encargos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

5.4. Os preços unitários e o valor total do lote deverão guardar compatibilidade entre si e com as especificações e quantitativos previstos na contratação, não sendo admitida composição que transfira indevidamente custos entre itens de forma a comprometer a adequada execução contratual.

5.5. A Administração poderá realizar diligência sempre que identificar indícios de inexequibilidade, inconsistências ou insuficiência na composição dos preços ofertados, assegurando à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta antes de eventual desclassificação, observada a legislação aplicável e as disposições do Edital.

5.6. Para demonstração da exequibilidade, poderão ser solicitados, conforme a natureza do custo questionado, planilha de custos e formação de preços, memória de cálculo, instrumentos coletivos de trabalho, documentos fiscais, contratos, cotações, comprovantes relativos a veículos, equipamentos e insumos ou outros elementos idôneos capazes de demonstrar a efetiva viabilidade econômica da proposta.

5.7. A análise de exequibilidade deverá considerar o conjunto de elementos apresentados pela licitante e as características concretas da contratação, especialmente os custos mínimos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, tributária e dos instrumentos coletivos aplicáveis, quando incidentes.

5.8. A insuficiência da demonstração apresentada em diligência, quando permanecer comprovada a inviabilidade de execução do objeto pelo preço ofertado, poderá ensejar a desclassificação da proposta, mediante decisão fundamentada.

5.9. Erros materiais ou formais constantes da planilha de custos ou de documentos acessórios poderão ser objeto de saneamento, desde que não impliquem majoração do preço global ofertado, alteração da substância da proposta ou comprometimento de sua exequibilidade.

5.10. A apresentação da proposta implica ciência e aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência, presumindo-se que a licitante avaliou os elementos necessários à formação de seus preços e à execução das obrigações assumidas.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Constituem obrigações da Contratante, sem prejuízo das demais previstas neste Termo de Referência, no Edital e no instrumento contratual:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

6.1.1. Emitir as Ordens de Serviço – OS ou instrumentos equivalentes necessários à execução contratual, indicando, conforme aplicável, os serviços, quantitativos, locais, rotas, frequências, horários e demais informações necessárias à adequada prestação dos serviços;

6.1.2. Disponibilizar à Contratada as informações e orientações necessárias à execução do objeto, inclusive quanto às áreas, logradouros, roteiros e programações operacionais definidos pela Administração;

6.1.3. Designar gestor e fiscais do contrato, bem como seus respectivos substitutos, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sistemática da execução;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das especificações, quantitativos, frequências, rotas, disponibilização das equipes, veículos, máquinas, equipamentos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.1.5. Registrar as ocorrências verificadas durante a execução contratual e comunicar formalmente à Contratada as falhas, irregularidades ou inconformidades constatadas, estabelecendo prazo razoável para correção, quando cabível;

6.1.6. Exigir da Contratada a correção, complementação ou reexecução dos serviços executados em desacordo com as condições contratadas, bem como a recomposição dos recursos humanos, veículos, máquinas ou equipamentos previstos para a execução, quando constatada sua insuficiência;

6.1.7. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços e proceder à aferição das medições, observando os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

6.1.8. Aplicar, quando cabível, as glosas correspondentes aos serviços não executados, executados parcialmente ou em desconformidade com os padrões estabelecidos, assegurada a respectiva motivação e observados os critérios de medição previstos neste instrumento;

6.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos, observadas as condições, prazos e ordem cronológica legalmente aplicáveis;

6.1.10. Verificar, durante a execução contratual, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, adotando as providências cabíveis quando constatada irregularidade;

6.1.11. Prestar tempestivamente os esclarecimentos solicitados pela Contratada relacionados à execução do objeto, quando necessários ao adequado cumprimento das obrigações contratuais;

6.1.12. Comunicar à Contratada quaisquer alterações de programação, rotas ou condições operacionais que estejam compreendidas no objeto contratado, com antecedência razoável sempre que as circunstâncias permitirem;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

6.1.13. Adotar as providências necessárias à apuração de eventuais infrações contratuais e à aplicação das sanções cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada perante terceiros, ainda que relacionados à execução do objeto, nem pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou demais obrigações decorrentes das relações mantidas pela Contratada, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade legalmente atribuídas à Administração.

6.3. A fiscalização poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções nas equipes, veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, EPIs e EPCs empregados na execução, podendo exigir a correção das irregularidades constatadas e, quando necessário, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de segurança, conservação, funcionamento ou desempenho estabelecidas na contratação.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.1.3. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, regularidade, segurança e continuidade dos serviços executados, bem como pelos danos decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos, veículos, máquinas ou equipamentos empregados na execução contratual.

7.1.4. Corrigir, complementar ou reexecutar, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com as especificações e padrões estabelecidos, observados os prazos determinados **pela fiscalização e a natureza da inconformidade constatada.**

7.1.5. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer fato ou circunstância que possa comprometer, atrasar ou impedir a execução regular dos serviços, apresentando as respectivas justificativas e adotando, sem demora, as providências necessárias à preservação da continuidade do serviço.

7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.8. É de obrigação da contratada fornecer aos colaboradores FERRAMENTAS OPERACIONAIS tipo (ENXADAS, PÁS, VASSOURÕES, CARRINHOS DE MÃO, FOICES, RASTELOS, SOPRADORES E DEMAIS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS), como também, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI (UNIFORMES, BOTAS, LUVAS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

MÁSCARAS, ÓCULOS, PROTETORES AURICULARES, COLETES REFLETIVOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELAS NORMAS REGULAMENTADORAS) e EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC (CONES, CAVALETES, FITAS DE ISOLAMENTO, PLACAS DE SINALIZAÇÃO E DEMAIS DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA).

7.1.9. Todos os profissionais deverão possuir qualificação compatível com as atividades desempenhadas, observando as exigências legais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis.

7.1.10. A Contratada será integralmente responsável pelo recrutamento, contratação, treinamento, remuneração, substituição e gerenciamento de seus empregados, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e fundiárias decorrentes da execução contratual.

7.1.11. Os empregados deverão apresentar-se uniformizados, identificados e utilizando adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs exigidos para cada atividade.

7.1.12. Em caso de afastamentos, férias, licenças, faltas, desligamentos ou qualquer situação que reduza o quantitativo exigido, a Contratada deverá providenciar substituição imediata, sem prejuízo à continuidade e à qualidade dos serviços prestados.

7.1.13. A fiscalização municipal poderá solicitar o reforço das equipes sempre que verificar aumento da demanda, necessidade operacional ou insuficiência da mão de obra disponibilizada para atendimento satisfatório dos serviços contratados.

7.1.14. Todos os veículos, máquinas e equipamentos deverão permanecer em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança durante toda a execução contratual, correndo por conta exclusiva da Contratada os custos de manutenção preventiva e corretiva, combustível, lubrificantes, pneus, seguros, licenciamento e demais despesas operacionais.

7.1.15. Na ocorrência de falha mecânica, acidente, avaria ou indisponibilidade de qualquer veículo ou equipamento, a Contratada deverá providenciar sua substituição por outro de características equivalentes ou superiores, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

7.1.16. Executar os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de forma contínua, regular e eficiente, observando as rotas, cronogramas, frequências, locais e determinações estabelecidas pela fiscalização do Município.

7.1.13. Manter permanentemente os quantitativos de trabalhadores e demais recursos humanos previstos para a execução contratada, providenciando sua imediata recomposição sempre que constatadas faltas, afastamentos, desligamentos ou insuficiência em relação ao quantitativo contratado, sem ônus adicional para a Administração.

7.1.13.1. Eventual necessidade de ampliação dos quantitativos originalmente contratados ou de execução de serviços extraordinários não compreendidos nas obrigações ordinárias dependerá de prévia autorização da Administração e da observância dos procedimentos legalmente aplicáveis às alterações contratuais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

7.1.14. Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras – NRs do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à segurança dos trabalhadores que atuam em serviços de limpeza urbana, coleta de resíduos, operação de máquinas e trabalhos em vias públicas,

7.1.15. Promover treinamento periódico dos colaboradores quanto às normas de segurança, saúde ocupacional, operação de equipamentos e atendimento ao público.

7.1.16. Manter todos os trabalhadores devidamente registrados, responsabilizando-se integralmente pelos salários, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fundiários e demais obrigações legais decorrentes da execução contratual.

7.1.17. Realizar os exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e demissionais dos empregados vinculados ao contrato.

7.1.18. Garantir a adequada destinação ambientalmente correta dos resíduos coletados, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, bem como as normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis.

7.1.19. Evitar o descarte irregular de resíduos, o lançamento de materiais em locais não autorizados e qualquer prática que possa causar danos ambientais.

7.1.20. Responder integralmente pelos danos causados ao Município, aos usuários dos serviços ou a terceiros em decorrência de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia na execução contratual.

7.1.21. A Contratada deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

7.1.22. Sustentabilidade Prática: Garantir a destinação correta de pneus e lubrificantes da frota (logística reversa) e utilizar o triturador de podas para gerar material passível de compostagem pelo Município

7.1.23. Manter controle atualizado da execução dos serviços, contendo, conforme aplicável, registros das equipes mobilizadas, frequência dos trabalhadores, veículos e equipamentos utilizados, rotas realizadas, ocorrências operacionais, interrupções, substituições e demais informações necessárias à fiscalização e à medição contratual.

7.1.24. Apresentar mensalmente, juntamente com a documentação necessária à medição, relatório de execução dos serviços, na forma e com os elementos definidos pela fiscalização, sem prejuízo de outros documentos necessários à comprovação da efetiva prestação.

7.1.25. Exercer diretamente a gestão de seus empregados e prepostos, inclusive quanto à distribuição das atividades, controle de frequência, substituições, aplicação de medidas disciplinares e demais atos inerentes ao poder empregatício, vedada a transferência dessas atribuições à Administração.

7.1.26. Apresentar à fiscalização, quando solicitado e conforme a responsabilidade atribuída à Contratada no modelo de execução, documentos que permitam comprovar a regularidade do transporte e da destinação dos resíduos abrangidos pela contratação, observada a legislação ambiental aplicável.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto, nem a transferência, cessão ou delegação da responsabilidade principal pela execução dos serviços contratados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

8.2. A Contratada deverá executar diretamente as parcelas essenciais do objeto que tenham fundamentado sua qualificação técnica no procedimento licitatório, permanecendo integralmente responsável perante a Administração pela execução contratual.

8.3. A eventual contratação de terceiros para atividades meramente acessórias, instrumentais ou auxiliares, que não constituam parcelas essenciais do objeto nem impliquem transferência da responsabilidade contratual, somente poderá ocorrer quando compatível com as condições da contratação e mediante prévia ciência ou autorização da Administração, conforme definido no instrumento contratual.

8.4. A utilização de terceiros não afastará nem reduzirá a responsabilidade da Contratada pelo cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive quanto aos aspectos técnicos, trabalhistas, previdenciários, ambientais, fiscais, de segurança e de reparação de danos.

9 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. Será admitida alteração subjetiva da Contratada decorrente de fusão, cisão, incorporação ou transformação societária, desde que a pessoa jurídica sucessora mantenha todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento originário, sejam preservadas as demais condições contratuais, não haja prejuízo à execução do objeto e exista prévia anuência da Administração.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. A seleção do fornecedor observará o procedimento, a modalidade e o critério de julgamento estabelecidos no item 5 deste Termo de Referência, bem como as condições de habilitação previstas neste capítulo.

10.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10.3. Exigência de Habilitação

10.3.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.3.14.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.14.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

10.3.14.1.3. No caso de Sociedade Limitada Unipessoal – SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.14.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.14.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.14.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.14.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.3.14.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.14.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.3.14.2.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.14.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.14.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.14.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.14.2.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.3.14.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.3.14.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

10.3.14.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.3.14.2.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

10.3.14.2.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.3.14.2.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade nela estabelecido ou, quando inexistente prazo expresse, emitida dentro do período definido no Edital.

10.3.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentados na forma da lei, ressalvadas as situações legalmente excepcionadas em razão da data de constituição da pessoa jurídica.

10.3.1.3.3. A boa situação econômico-financeira da licitante será avaliada mediante índices objetivos definidos no Edital, devidamente justificados no processo administrativo, vedada a utilização de índices ou valores não usualmente adotados para avaliação da capacidade financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

10.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.3.1.4.1. A qualificação técnica será exigida de forma proporcional à natureza e às características do lote para o qual a licitante apresentar proposta, observadas as parcelas de maior relevância técnica necessárias à demonstração da capacidade para execução satisfatória do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

Da capacidade técnico-operacional

10.3.1.4.2. A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnico-operacional**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da própria licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços de características semelhantes e compatíveis com as parcelas de maior relevância do lote disputado.

10.3.1.4.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter informações suficientes para identificação do emitente, da empresa executora, do objeto executado e dos elementos necessários à verificação da compatibilidade da experiência apresentada com os serviços objeto da contratação.

10.3.1.4.4. Será admitida a apresentação de mais de um atestado e o respectivo somatório para demonstração da capacidade técnico-operacional, desde que os documentos apresentados permitam comprovar, em conjunto, a experiência exigida.

10.3.1.4.5. Para o lote que compreenda a execução de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, deverá ser comprovada experiência anterior em atividades compatíveis com as parcelas de maior relevância da contratação, especialmente em serviços de limpeza urbana e/ou coleta, transporte e manejo de resíduos sólidos urbanos, conforme as atividades efetivamente abrangidas pelo respectivo lote.

10.3.1.4.6. Para o lote cuja obrigação principal compreenda a disponibilização e/ou operação de veículos, máquinas ou equipamentos, deverá ser comprovada experiência anterior compatível com a disponibilização, locação, operação ou utilização de veículos, máquinas ou equipamentos de natureza semelhante aos previstos no respectivo lote.

Do registro profissional e da responsabilidade técnica:

10.3.1.4.7. Para o lote que compreenda a execução dos serviços de limpeza urbana, coleta, transporte e manejo de resíduos sólidos, a licitante deverá comprovar **registro ou inscrição regular perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, compatível com as atividades objeto da contratação.

10.3.1.4.8. Para o mesmo lote, a licitante deverá comprovar que dispõe de **Responsável Técnico legalmente habilitado**, com formação em **Engenharia Sanitária, Engenharia Ambiental ou Engenharia Civil**, regularmente registrado no CREA e detentor de atribuições profissionais compatíveis com os serviços de limpeza urbana, coleta, transporte e manejo de resíduos sólidos abrangidos pela contratação.

10.3.1.4.8.1. A comprovação da disponibilidade do Responsável Técnico poderá ocorrer mediante participação no quadro societário, vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

declaração de contratação futura acompanhada da anuência expressa do profissional ou outro instrumento juridicamente idôneo, não sendo exigido vínculo empregatício permanente como condição de habilitação.

Da capacidade técnico-profissional:

10.3.1.4.9. A capacidade técnico-profissional será comprovada mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente admitido pelo conselho profissional competente, em nome do profissional indicado como Responsável Técnico, demonstrando experiência anterior na execução de serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância técnica do lote.

10.3.1.4.9.1. Para fins do subitem anterior, será considerada compatível a experiência profissional relacionada à execução, supervisão, gerenciamento ou responsabilidade técnica por serviços de limpeza urbana e/ou coleta, transporte e manejo de resíduos sólidos urbanos, observadas as atribuições profissionais do responsável técnico.

10.3.1.4.9.2. Será admitida a indicação de mais de um profissional para atendimento da qualificação técnico-profissional, desde que, em conjunto, sejam atendidas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Da disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos:

10.3.1.4.10. A licitante deverá apresentar declaração de que, caso seja contratada, disponibilizará, no prazo estabelecido para início da execução, os veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas e demais recursos operacionais necessários ao integral cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência.

10.3.1.4.10.1. Não será exigida, como condição de habilitação, a propriedade prévia dos veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução, admitindo-se sua disponibilização mediante propriedade, locação, arrendamento, cessão, comodato ou outro instrumento juridicamente idôneo, desde que estejam efetivamente disponíveis no prazo estabelecido para o início da execução contratual.

Do conhecimento das condições de execução:

10.3.1.4.12. A licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento das informações, condições e circunstâncias necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da licitação, responsabilizando-se pela adequada avaliação dos elementos necessários à formação de sua proposta e à execução contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

10.3.1.4.12.1. Caso a Administração disponibilize visita técnica aos locais de execução, esta terá caráter facultativo, podendo ser substituída pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução, não podendo a ausência de visita, por si só, constituir causa de inabilitação.

Da diligência sobre a documentação técnica:

10.3.1.4.13. A Administração poderá promover diligência destinada a esclarecer, complementar ou confirmar as informações constantes dos atestados, certidões e demais documentos de qualificação técnica, inclusive mediante consulta ao conselho profissional competente, contato com os respectivos emitentes ou solicitação de documentação complementar destinada à comprovação de fatos preexistentes à data de abertura do certame, observada a legislação aplicável.

10.3.1.4.13.1. A diligência não poderá ser utilizada para permitir a constituição posterior de condição de habilitação que não existisse na data própria, destinando-se exclusivamente ao esclarecimento, complementação ou comprovação de condição preexistente.

10.3.1.4.14. A apresentação de documento falso, adulterado ou contendo informação materialmente inverídica sujeitará a licitante à inabilitação e às demais consequências administrativas, civis e penais legalmente cabíveis, assegurado o devido processo legal.

11. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

11.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.6.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

11.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

11.6.6. O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços mediante verificação dos quantitativos, equipes, veículos, máquinas e equipamentos efetivamente disponibilizados, bem como do cumprimento das rotas, frequências, programações, Ordens de Serviço e demais condições operacionais estabelecidas.

11.6.7. Para fins de acompanhamento e medição, o fiscal técnico deverá registrar as ocorrências que possam repercutir no pagamento, especialmente ausência ou insuficiência de trabalhadores, indisponibilidade de veículos ou equipamentos, descumprimento de rotas ou frequências, interrupções, serviços não executados e serviços executados em desconformidade.

11.6.8. As inconformidades constatadas deverão ser formalmente registradas e, quando cabível, comunicadas à Contratada para correção, complementação ou apresentação de justificativa, sem prejuízo das glosas e demais medidas previstas neste Termo de Referência.

11.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

11.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.8.5. A avaliação da execução contratual considerará, no mínimo, os seguintes critérios de desempenho:

- a) cumprimento das rotas, frequências e programações estabelecidas;
- b) manutenção dos quantitativos de pessoal previstos para a execução;
- c) disponibilidade e regular funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos;
- d) continuidade e regularidade da prestação dos serviços;
- e) qualidade dos serviços executados e necessidade de retrabalho;
- f) cumprimento das normas de segurança, inclusive utilização de EPIs e EPCs;
- g) atendimento às determinações e notificações expedidas pela fiscalização;
- h) regularidade dos registros e relatórios operacionais exigidos; e
- i) cumprimento das obrigações ambientais relacionadas às atividades sob responsabilidade da Contratada.

11.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

11.8. A avaliação de desempenho servirá de suporte ao recebimento dos serviços, à validação das medições, à realização de glosas, quando cabíveis, e à adoção das medidas corretivas ou sancionatórias decorrentes de eventual descumprimento contratual.

11.9. A aplicação de glosa não se confunde com sanção administrativa, constituindo adequação do pagamento à parcela efetivamente executada ou regularmente disponibilizada, sem prejuízo da apuração de eventual infração contratual quando a mesma ocorrência também caracterizar descumprimento sujeito a penalidade.

12. DO CRITÉRIO DO PAGAMENTO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

12.1. O pagamento será realizado conforme ordem cronológica, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. O dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

12.2.1. Fornecimento de bens;

12.2.2. Locações;

12.2.3. Prestação de serviços;

12.2.4. Realização de obras.

12.3. A ordem cronológica referida no item 12.1 e 12.2, poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

12.3.1. Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

12.3.2. Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

12.3.3. Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

12.3.4. Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

12.3.5. Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

12.4. A inobservância imotivada da ordem cronológica referida no caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

12.5. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

12.6. Considerar-se-á ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no §4º, art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

12.9. Em se tratando de prazo para a liquidação da despesa, este será de 15 (quinze) dias a contar do protocolamento por parte do credor da solicitação de cobrança;

12.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.11. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

12.15. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.17. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.18. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços.

13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, caso este seja elaborado e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA VIGÊNCIA

14.1. A vigência da Ata de Registro de Preço ou Contrato, oriundos deste processo será de 12 meses, podendo ser prorrogado por períodos consecutivos e iguais, conforme disposto na Lei 14.133/2021, caso venham a tornar-se contratos.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Será exigida da Contratada garantia de execução correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato**, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da natureza contínua e essencial dos serviços, da relevância da mão de obra, dos veículos, máquinas e equipamentos necessários à execução e dos riscos decorrentes de eventual interrupção ou inadimplemento contratual.

15.2. Caberá à Contratada optar por uma das modalidades de garantia admitidas pela legislação aplicável, observados os procedimentos, condições e prazos estabelecidos no Edital e no instrumento contratual.

15.3. A garantia deverá permanecer válida durante todo o período de execução contratual e pelo período necessário ao cumprimento das obrigações por ela abrangidas, devendo ser renovada ou complementada sempre que houver prorrogação da vigência ou alteração do valor contratual que repercuta sobre o montante garantido.

15.4. Havendo alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser ajustada de modo a preservar o percentual estabelecido no item 15.1.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

15.5. A garantia poderá ser utilizada para assegurar o ressarcimento de prejuízos decorrentes da inexecução contratual, o pagamento de multas e demais obrigações abrangidas pela legislação e pelo instrumento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

15.6. A utilização total ou parcial da garantia não desobriga a Contratada de recompor o seu valor, quando necessária à manutenção do percentual exigido durante a execução contratual.

15.7. A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e o cumprimento das obrigações por ela asseguradas, observadas as condições e os prazos estabelecidos na legislação e no instrumento contratual.

15.8. Quando a modalidade escolhida for seguro-garantia, deverão ser observados os prazos e condições específicos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quanto à sua apresentação, vigência e manutenção durante a execução contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

16.2. Comete infração administrativa nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 a Contratada que:

16.3. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.6. Comportar-se de modo inidôneo;

16.7. Cometer fraude fiscal;

16.8. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.9. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.10. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. nº 156, da Lei nº 14.133/2021;

16.11. Multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.12. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.13. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.14. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União pelo prazo de até cinco anos

16.15. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

16.16. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.17. As sanções previstas neste TR, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.18. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou licitantes que:

16.19. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.20. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.21. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.22. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999

16.23. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

16.24. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.25. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.26. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.27. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.28. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

MUNICÍPIO DE PARELHAS

CNPJ 08.087.561/0001-81

Palácio Severino da Silva Oliveira - Av. Mauro Medeiros, 97, Centro, CEP: 59.360-000

TELEFONE: (84) 3471-2522 RAMAL 203 www.parelhas.rn.gov.br - E-MAIL: cplparelhas@hotmail.com

seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.29.O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

17.2. Não há obrigatoriedade da Dotação em Ata de Registro de Preços.

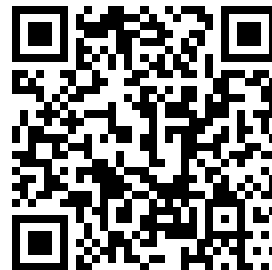
Parelhas/RN, 01 de outubro 2026.

LUVANOR DO NASCIMENTO ENEDINO
Sec. Mun. de Obras, Serviços Urbanos e Transportes





VALIDAÇÃO ASSINATURAS



Código de verificação: 353034-a694c268-a055-48f4-9d91-bb473a1c96b3

Este documento foi assinado pelas seguintes pessoas nas datas indicadas (Brasilia timezone)

✓ LUVANOR DO NASCIMENTO ENEDINO (CPF: 058.***.***-51), Prefeitura de Parelhas/RN

Para verificar as assinaturas, acesse <https://pmparelhas.prosipe.com> e informar o código de verificação acima ou acessar o link abaixo:

https://storage.googleapis.com/sipe-assinamais/documentosassinados/353034_a694c268-a055-48f4-9d91-bb473a1c96b3_assinado.pdf

